



ECONOMIA VERDE NO BRASIL

Uma análise das
medidas tomadas
pelo Governo Federal



FICHA CATALOGRÁFICA

CONSELHO DIRETOR

Ricardo Silva Young (Presidente)
Pedro Ivo Batista (Vice- Presidente)
Adriana Barros
Altair Assumpção
Em memória: Alexandra Reschke

EQUIPE EXECUTIVA IDS

Diretora Executiva

Carolina Riberti Mattar

Diretor Adjunto

Marcos Woortwmann
André Lima (até janeiro/2023)

COORDENADOR(A) DO PROJETO

Carolina Marchiori Bezerra

SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA: Elisabete Fernandes

TEXTO

ELABORAÇÃO

Carolina Marchiori Bezerra é doutoranda em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp e assessora de Advocacy em Economia Verde do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS)

REVISÃO

Carolina Riberti Mattar

APOIO



SUMÁRIO

1	04
INTRODUÇÃO	
2	08
UM PANORAMA DO PERFIL DAS EMISSÕES BRASILEIRAS	
3	10
ATIVAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO E GOVERNANÇA EM DIREÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
4	12
CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PLANO DE TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA LANÇADO PELO BRASIL E AÇÕES E STATUS DAS INICIATIVAS	
5	14
A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO PAC PARA OS DIFERENTES EIXOS	
6	16
POTENCIALIDADES E DESAFIOS EM TORNO DA AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA	



INTRODUÇÃO



O objetivo da presente nota técnica é fazer uma análise das primeiras medidas tomadas pelo governo federal para o avanço da agenda de economia verde para com isso poder reunir conhecimento sobre os desafios e as oportunidades para o avanço da agenda de transformação ecológica no país.

Para tanto, este documento será dividido em cinco seções, incluídas estas considerações introdutórias. Na segunda seção, apresentamos o perfil das emissões brasileiras. Tal etapa é relevante, uma vez que a emergência climática se coloca como uma questão central da humanidade hoje e nos tempos vindouros, de modo que reconhecer essa situação é fundamental para criar as condições de desenvolvimento inclusivo, justo e sustentável e que considere o enfrentamento dessa questão como eixo estruturante, como pressupõe o Plano de Transformação Ecológica, apresentado no primeiro ano do novo governo Lula. Na terceira seção são expostos os principais instrumentos de gestão e governança mobilizados nesse primeiro ano de governo para na sequência apresentar as principais premissas do Plano e as iniciativas que vêm sendo conduzidas (quarta seção). Na quinta seção

é apresentado um panorama sobre como os recursos que estão previstos para serem empenhados pelo PAC nos próximos anos. E finalmente a sétima seção traça algumas considerações finais especialmente a partir do resgate de inspirações para o avanço da agenda verde no Brasil a partir das experiências internacionais.

O lançamento de um Plano que leva em consideração esses aspectos denota o compromisso com que seja realizado dentro de um esforço conjunto que deve ser assumido por toda a sociedade, de forma que cada segmento precisa ser parte da mudança necessária, superando assim as resistências a uma agenda mais verde.

O país possui os ativos socioambientais que precisa para impulsionar um novo modelo de expansão de sua economia aliado ao combate às desigualdades, inclusão social, responsabilidade ambiental e segurança climática, mas também há desafios igualmente significativos para pactuar a Economia Verde como uma prioridade, estabelecendo as condições e os instrumentos para incentivar a transição.

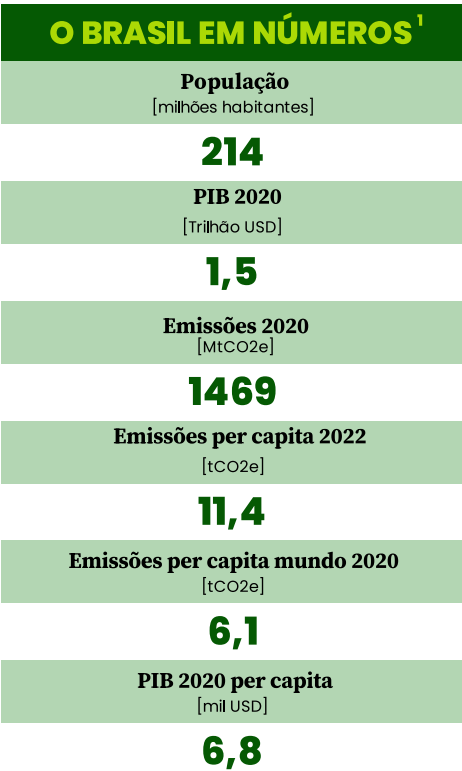
2

UM PANORAMA DO PERFIL DAS EMISSÕES BRASILEIRAS

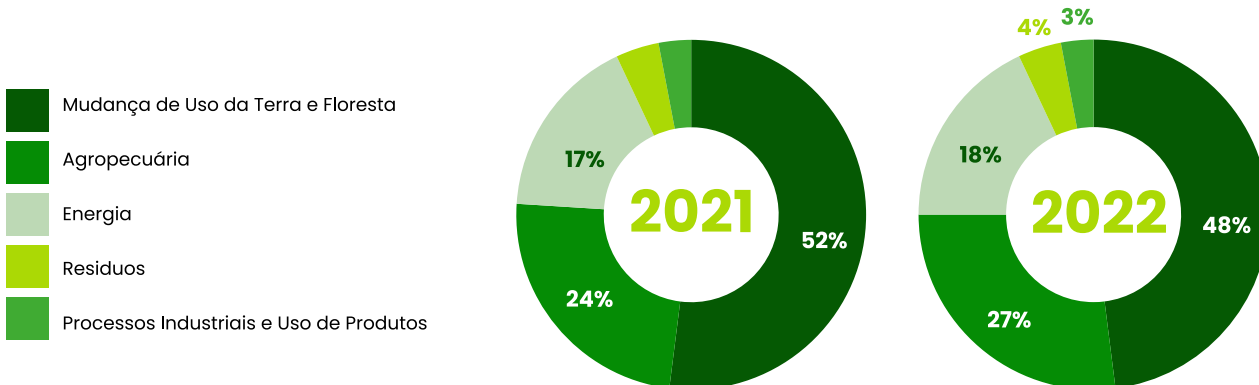


O Brasil hoje é o 6º maior emissor de gases de efeito estufa no mundo, com 3% do total global (CAIT/WRI, 2020). Ainda, quando comparamos as emissões per capita no Brasil com as do resto do mundo, nota-se que o país segue emitindo mais do que a média mundial. Enquanto o mundo emite em média 6,1 toneladas por pessoa, no Brasil, as emissões brutas per capita em 2022 foram de 11,4 toneladas, e as líquidas, de 8,3 toneladas.

A mudança de uso da terra e floresta e a agropecuária são os maiores emissores do país representando, conjuntamente, quase 75% do total nacional. Em seguida, os setores que mais contribuem com as emissões brasileiras são o setor de energia, resíduos e processos industriais, que são responsáveis por, respectivamente, 18%, 4% e 3% da emissão de gases de efeito estufa do país.



EMISSÕES BRASILEIRAS POR SETOR



Fonte: SEEG/OC, 2023.

¹PIB e população do Banco Mundial; Emissões do Climate Watch.

No geral, sobre esse perfil de emissão o que se nota é pouca alteração em relação ao que se tinha antes da Política Nacional sobre Mudança Climática (Lei 12.187/2009) em que a expectativa era de que o país passasse a ter um perfil de emissões mais parecido com o de países do G20, no qual a mudança no uso da terra tem um peso reduzido, fato que indica um retrocesso na política de combate ao desmatamento, especialmente durante os anos recentes de governo de Jair Bolsonaro.

Do total de emissões do **setor de mudança no uso da terra e floresta**, 75% são provenientes da Amazônia, seguida do Cerrado, com 14%, Mata Atlântica vem em terceiro, com 7%, Pampa 2%, e Pantanal e Caatinga, com 1%. Vale observar que a perda de vegetação nativa no Cerrado tem ocorrido numa velocidade muito grande, com destaque especialmente para o estado do Mato Grosso, fato que requer atenção. Trata-se de um tipo de desmatamento que é muitas vezes especulativo e deslocado da economia real.

Das emissões vindas do **setor agropecuário**, a agricultura representou 20% e a pecuária, 80% em relação a 2021. Vale destacar especialmente as emissões provenientes da digestão realizada pelos rebanhos de animais ruminantes, que emite o metano – e nomeada como fermentação entérica e conhecida popularmente como “aroto” do boi. Outro subsetor que se destaca é o de solos manejados, os quais compõem grande parte das emissões da agricultura e diz respeito a emissões proveniente principalmente da utilização de insumos. Vale ressaltar que os solos agrícolas também são responsáveis pelas **remoções** provenientes de solos manejados, o que se deve especialmente à disseminação de práticas e tecnologias ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), fato que mostra a importância da expansão de políticas como o RenovAgro (antigo Programa ABC).

O **setor de energia e processos industriais** muitas vezes são tratados conjuntamente por possuírem dinâmicas de aumento ou redução semelhantes e por estarem diretamente relacionados com a economia do país. E também por possuírem subsectores que emitem tanto pela queima de combustíveis quanto pela transformação de materiais. Do total geral desse setor se destaca a atividade de **transporte** como a maior emissora (44% das emissões). Para reduzir essas emissões é fundamental

que o país busque alternativas ao uso do diesel de petróleo no transporte de cargas, buscando modos menos intensivos em carbono. Também, a reestruturação das cidades em torno de modos menos emissores é outro caminho que deve ser trilhado no desenho das políticas públicas que olhem para a questão da transição energética. O setor de transporte é seguido pelo **segmento industrial** (29% das emissões) que é tido como uma atividade de difícil redução de emissões, já que depende de novas tecnologias ainda não totalmente consolidadas, como a captura e armazenamento de carbono ou a produção de aço utilizando hidrogênio. Entretanto, alternativas como o investimento em eficiência energética, processos de reciclagem e a utilização de combustíveis renováveis poderiam ser incorporadas aos processos industriais e contribuir com a redução nas emissões.

Por fim, no **setor de resíduos** a principal contribuição está associada à disposição de resíduos sólidos em aterros controlados, lixões e aterros sanitários (65,5%), seguida do tratamento de efluentes domésticos (26,6%), e do tratamento de efluentes líquidos industriais (6,1%). A gestão mais sustentável dos resíduos de modo a destiná-los de forma ambientalmente adequada, assim como os avanços nos serviços de saneamento são exemplos de políticas que devem ser colocadas para reduzir as emissões provenientes desse setor.

A emergência climática se coloca como uma questão central da humanidade hoje e nos tempos vindouros. Reconhecer essa situação é fundamental para criar as condições de desenvolvimento inclusivo, justo e sustentável e que considere o enfrentamento às mudanças climáticas como eixo estruturante nas políticas públicas e o Brasil tem todas as condições de ser um líder nessa agenda.

Com o objetivo de compreender as mudanças que têm sido empenhadas para a redução das emissões brasileiras, a seção que segue tem como objetivo apresentar os importantes instrumentos de gestão e governança que foram mobilizados pelo governo federal nos últimos 15 meses para na sequência tecer considerações sobre o Plano de Transformação Ecológica.

3

ATIVAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO E GOVERNANÇA EM DIREÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



O início do governo Lula contou com a ativação de importantes instrumentos de gestão e governança. Dos 37 Ministérios, 19 deles incluíram a sustentabilidade e as preocupações com a temática ambiental nas suas atribuições.

Além disso, diversas secretarias, subsecretarias e diretorias foram criadas dentro dos diferentes Ministérios para tratar do assunto, com destaque para a Secretaria Nacional de Mudança do Clima (Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática), a Subsecretaria de Financiamento ao Desenvolvimento Sustentável (Ministério da Fazenda), a Secretaria de Planejamento e Transição Energética (Ministério de Minas e Energia) e a Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços).

Esse esforço de constituição de uma estrutura de governança tem sinalizado a preocupação que está sendo dada a esse tema dentro do governo, especialmente para que seja um assunto tratado de forma transversal, o que melhora a articulação entre os setores da administração pública. Além disso, tal ação sinaliza para a sociedade que a transição climática irá acontecer e impactará a todos, o que pode estimular os diversos setores da sociedade sobre a necessidade de começarem a se planejar e se prepararem para a transição. Isso também acaba por fortalecer as propostas para a transição climática, diminuindo as barreiras internas que possam aparecer.

Abaixo são listadas as principais estruturas, assim como as funções que deverão desempenhar dentro dos diferentes ministérios.

MINISTÉRIO	ESTRUTURA	FUNÇÕES
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo	Formular políticas públicas para a inovação e o desenvolvimento rural, fundamentadas em práticas agropecuárias inovadoras e sustentáveis; competitividade e sustentabilidade das cadeias produtivas agrícolas, pecuárias e de florestas plantadas; desenvolvimento da cacauicultura e de sistemas agroflorestais associados; práticas de manejo sustentável e de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, aumento da produção sustentável agropecuária.
	Departamento de Negociações Não-Tarifárias e de Sustentabilidade	Ênfase em outras secretarias internacionais de promover a visão do agronegócio sustentável para fora. O departamento tem o papel de negociar barreiras fitossanitárias e de sustentabilidade com outros países.
Ministério das Cidades	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano > Departamento de Adaptação das Cidades à Transição Climática e Transformação Digital	Promove inovações tecnológicas, ambientais, sociais e de gestão em todas as políticas nacionais urbanas e elaborar estratégia para difundi-las; formula e implementa a política nacional de adaptação das cidades à transição climática; etc.
	Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano > Coordenação-Geral de Adaptação das Cidades às Mudanças Climáticas	Propor e implementar ações relacionadas à gestão de riscos de desastres de origem climática no planejamento urbano, como a elaboração de plano local de prevenção de desastres de origem climática e a execução de obras de contenção de encostas, de macrodrenagem, de controle de cheias, de microdrenagem e de soluções baseadas na natureza.
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos > Departamento para o Clima e Sustentabilidade	Subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implementação de programas e ações de fomento nas áreas de clima e sustentabilidade. Gerar conhecimento sobre: emissões de GEEs, adaptação e mitigação da mudança climática, elaboração e divulgação dos relatórios do Painel Brasileiro sobre Mudança do Clima, fomentar cidades sustentáveis, etc.
	Diretoria de Operações: Coordenação de Monitoramento Ambiental	Entre as diretrizes do ministério existe a previsão de atuação para combater delitos transfronteiriços e ambientais, quando couber, inclusive na elaboração de estratégias para esse combate. Também a aquisição de imagens de informações ambientais.
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental > Departamento de Desenvolvimento Territorial e Socioambiental	Coordenar programas de regularização fundiária e reforma agrária; propor políticas, estratégias e promover estudos para o desenvolvimento sustentável, como conservação da biodiversidade, agroextrativismo, recuperação de áreas degradadas, etc.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria	Implementar e avaliar o planejamento de políticas públicas para o desenvolvimento da economia verde, das estratégias de descarbonização dos setores produtivos, e fomento à bioindústria no país; promoção da complexidade industrial relacionadas ao uso sustentável de biomassa, de patrimônio genético e de conhecimentos tradicionais a ele associados; capacitação profissional tecnológica, de gestão corporativa e de inovação relacionadas ao desenvolvimento da economia verde, das estratégias de descarbonização e das bioindústrias.
Ministério da Fazenda	Secretaria de Assuntos Internacionais > Subsecretaria de Financiamento ao Desenvolvimento Sustentável	Coordenar a atuação da Secretaria como Autoridade Nacional Designada para o Fundo Verde do Clima – GCF, o Fundo Mundial para o Meio Ambiente – GEF, os Climate Investment Funds – CIF -- e coordenar outras atuações em negociações internacionais de instituições financeiras a respeito do tema.
	Secretaria de Política Econômica > Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável	Mais ligada a políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, estrutura produtiva que promova o desenvolvimento sustentável, propor instrumentos creditícios para mitigação e adaptação da mudança do clima, etc.
	Secretaria de Política Econômica > Subsecretaria de Política Agrícola e Negócios Agroambientais	Propor, avaliar e acompanhar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, a formulação e o aprimoramento dos instrumentos financeiros e creditícios no setor agrícola relacionados à adaptação e à mitigação de mudanças climáticas.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	Secretaria de acesso à justiça > Diretoria da Amazônia e Meio Ambiente	Prevenir e reprimir as infrações penais contra o meio ambiente, o patrimônio histórico e cultural, e os povos originários e comunidades tradicionais. Também para coordenar a segurança pública na região da Amazônia Legal, entre outras atribuições.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática	Secretaria Nacional de Mudança do Clima	Propor e avaliar políticas, normas e iniciativas e definir estratégias relativas à Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC.
	Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais	Propor políticas e normas e definir estratégias, considerados os diversos biomas brasileiros, nos temas relacionados com a promoção do conhecimento, a conservação, a valorização e a utilização sustentável da biodiversidade e do patrimônio genético.
	Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental	Propor políticas, planos e estratégias relacionados com a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos, os passivos ambientais e as áreas contaminadas; a prevenção, o controle e o monitoramento da poluição; a gestão ambientalmente adequada das substâncias químicas e dos produtos perigosos; a qualidade ambiental do ar, da água e do solo; e os critérios e os padrões de qualidade ambiental.
	Secretaria Nacional de Bioeconomia	Propor políticas, estratégias, programas e ações destinados ao desenvolvimento da bioeconomia.
	Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável	Propor políticas, normas e estratégias e promover estudos que visem ao desenvolvimento sustentável, nos temas relacionados com os territórios de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais; sociobiodiversidade; o agroextrativismo; a desertificação e a mitigação dos efeitos da seca; a agroecologia, a produção de base agroecológica e a agrobiodiversidade; e a agregação de valor baseada no uso sustentável dos recursos naturais.
	Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial, Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Queimadas, Departamento de Ordenamento Ambiental Territorial	Propor políticas, normas e estratégias destinadas à redução e ao controle do desmatamento e dos incêndios florestais nos biomas brasileiros. Coordenar a elaboração e a implementação dos instrumentos do Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE.
Ministério de Minas e Energia	Secretaria de Planejamento e Transição Energética > Departamento de Transição Energética	Planejamento da transição energética, coordenação de esforços para a transição, coordenação de projetos de energia renovável, subsídio à ANEEL em diretrizes da transição, entre outras atribuições.
Ministério dos Povos Originários	Secretaria de Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas	Planejar, promover, coordenar e monitorar as políticas de demarcação territorial das terras indígenas, prevenir conflitos, atuar para garantia da posse permanente dos territórios indígenas e do usufruto exclusivo das riquezas de recursos naturais dos territórios.
	Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena > Departamento de Gestão Ambiental, Territorial e Promoção ao Bem Viver	Coordenar e acompanhar a implementação de políticas de promoção da sustentabilidade dos territórios indígenas, da justiça ambiental e climática, da preservação da biodiversidade. Acompanhar a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI.
Ministério das Relações Exteriores	Secretaria de Clima, Energia e Meio Ambiente	Propor linhas de atuação, negociações internacionais, etc.
Ministério do Turismo	Secretaria Nacional de Planejamento, Sustentabilidade e Competitividade no Turismo	Por meio do Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo, “formular, implementar e avaliar as proposições de desenvolvimento de programas em parceria com fundos internacionais, de crédito ou de desenvolvimento e cooperação, relacionados às temáticas de sustentabilidade, inovação e mudanças climáticas”. Mais voltada para oportunidades de desenvolvimento sustentável e parcerias.
	Assessoria Especial de Sustentabilidade, Investimentos e Parcerias	Trabalha para adaptar o turismo aos ODS, a práticas de sustentabilidade e à mudança climática, tanto em termos de descarbonização e mitigação, quanto em termos de adaptação aos seus efeitos.
Ministério da Casa Civil	Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável	Ligado à Presidência da República, assessora o Presidente na formulação de políticas e diretrizes específicas destinadas ao desenvolvimento econômico social sustentável.
Advocacia Geral da União	Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente	Assistir o Advogado-Geral da União na representação e na articulação institucional perante os fóruns e os órgãos e as entidades de defesa do clima e do meio ambiente para a segurança jurídica das políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável, de transição ecológica e descarbonização; Elaborar estudos técnicos, uniformizar jurisprudência administrativa para a correta aplicação das leis, etc.

Fonte: Governo Federal, Talanoa.

A seção que segue tem como objetivo apresentar as principais premissas, assim como as ações que vêm sendo adotadas pelo Plano de Transformação Ecológica.

4

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PLANO DE TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA LANÇADO PELO BRASIL E AÇÕES E STATUS DAS INICIATIVAS



O **Plano de Transformação Ecológica** foi lançado em agosto de 2023 juntamente como PAC² (Plano de Aceleração do Crescimento). O Plano está sendo coordenado pelo Ministério da Fazenda, mas uma série de outros ministérios estão envolvidos e têm contribuído com a sua elaboração.

É um Plano de estratégia nacional que conta com um expressivo direcionamento do Estado, o qual tem um papel crucial como um impulsionador dos investimentos e dos instrumentos necessários para a transição em direção a uma economia de baixo carbono, conduzindo a economia para um novo ciclo de crescimento econômico combinado com desenvolvimento sustentável. Vale notar que mecanismos de apoio desse tipo, os quais buscam desenvolver a transição energética vêm sendo amplamente utilizados pelos EUA (Inflation Reduction Act) e Europa (European Green Deal).

No Brasil, o setor público tem atuado tanto na captação de recursos externos como na orientação dos recursos destinados a setores estratégicos. Nesse sentido, o **BNDES** (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) tem mostrado um forte engajamento com a temática sustentável, afirmando compromissos e atuando com linhas de financiamento estratégicas que ressaltam a importância

da inovação, da reindustrialização e do **desenvolvimento sustentável** no processo de transição para uma economia verde e descarbonizada. O que se nota é uma intenção do novo governo de acompanhar o movimento global de retomada da política industrial e de inovação, tendo o desenvolvimento sustentável como eixo norteador.

É importante ressaltar que se tratam de investimentos que requerem um alto montante de recursos para serem viabilizados, assim como envolvem altos riscos, fatores esses que podem inibir o interesse privado num primeiro momento. Desse modo, os financiamentos públicos ao serem mobilizados e orientados a áreas particulares, devem criar objetivos e caminhos a serem perseguidos em direção a uma economia mais sustentável, seja disponibilizando recursos para setores produtivos verdes, ou mesmo condicionando a liberação de recursos a setores poluentes que como contrapartida deverão adotar medidas com foco na neutralidade do carbono. E é esse movimento o que tende a alavancar os investimentos do setor privado.

²No total estão previstos R\$ 1,4 trilhão em investimentos incluindo todas as áreas, entre 2023 e 2026

O Plano brasileiro hoje conta com 6 eixos prioritários.



Fonte: [Ministério da Fazenda](#)

Estão entre as principais medidas que já estão sendo encaminhadas: a regulação do **mercado de carbono**, a **emissão de títulos soberanos sustentáveis**, a criação de uma **taxonomia sustentável** e a reformulação do **Fundo Clima** para financiar atividades que envolvem inovação tecnológica e sustentabilidade.

Uma característica do Plano brasileiro apresentado é que ele está menos fundamentado na distribuição de recursos aos diferentes setores, a exemplo do Plano norte americano lançado em 2022, o Inflation Reduction Act e mais, por outro lado, na aprovação de políticas regulatórias e fiscais previstas de serem aprovadas no Congresso, assim como também na criação de novos instrumentos financeiros que apoiem os projetos sustentáveis.

A perspectiva é de que essas medidas deem condições e abram caminhos para a realização de novos investimentos que estejam alinhados com os princípios ambientais e que estas passem a orientar não só o Estado, mas também as empresas e a sociedade dentro dessa nova dinâmica.

Abaixo são listadas as principais ações, assim como em que posição ou fase de discussão se encontram para cada um dos seis diferentes eixos previstos no Plano de Transformação Ecológica.

EIXO 1: Finanças Sustentáveis

AÇÃO	STATUS
Emissão de títulos soberanos sustentáveis para financiar projetos da transição	Títulos verdes emitidos no valor total de US\$ 2 bilhões .
Criação do Mercado Regulado de Carbono (Projeto de Lei nº 412/2022) no Brasil, com instituição do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE)	Aprovada no Senado e está em fase final para aprovação na câmara.
Reforma Tributária (PEC 45/2019): Estabelecimento de um imposto seletivo sobre atividades que produzem externalidades negativas	Aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Em fase de regulamentação.
Crédito do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) e de outras fontes para financiar setores estratégicos	Ampliação substancial do volume de recursos no Fundo Clima por meio dos títulos soberanos sustentáveis, lançados em novembro/23 na Bolsa de Valores de Nova York. Forte engajamento do BNDES com a agenda socioambiental e um futuro neutro em carbono.
Adoção de indicadores claros e comparáveis em práticas sustentáveis de empresas que acessam o mercado de capitais	Resolução 193 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovada em out/23.
Taxonomia Sustentável Brasileira	Busca estabelecer uma classificação para as diferentes atividades econômicas, ativos financeiros e projetos de investimento, apontando se são sustentáveis. Foi submetido a consulta pública em set-out/23 e o Plano de Ação foi lançado na COP 28 . Está previsto o seu desenvolvimento e publicação em 2024 e o seu uso obrigatório a partir de jan/26. Também existem projetos de lei que tramitam em paralelo na Câmara e no Senado .

Fonte: Elaboração própria com base em [material](#) divulgado pelo Ministério da Fazenda

EIXO 2: Adensamento Tecnológico

AÇÃO	STATUS
<p>Nova política para neointustrialização a partir de missões estratégicas</p>	<p>Houve a reconstituição e retomada dos trabalhos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), ligado ao MDIC (também reconstituído) e do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), ligado ao MCTI em abr/23. Também foi recriado o Comitê Técnico de Baixo Carbono, ligado ao MDIC e responsável pela articulação entre governo e iniciativa privada para implementação e revisão de políticas e projetos relativos à descarbonização da indústria. As Missões para o desenvolvimento industrial já foram definidas pelo CNDI e alinhadas com o Plano de Transformação Ecológica. O detalhamento da nova política industrial ocorreu em jan/24.</p>
<p>Política para o desenvolvimento da biotecnologia, iniciando com o Centro de Bionegócios da Amazônia (CBA)</p>	<p>Conversão do CBA para o modelo de organização social. Trata-se de uma estratégia ligada ao MDIC que tem como foco a inovação e a transformação ecológica. Passou a ser gerido por uma organização social e ganhou autonomia para captar recursos.</p>
<p>Retomada dos investimentos do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), com foco em missões tecnológicas para desafios nacionais</p>	<p>Ampliação significativa de recursos do FNDCT para mais de R\$10 bilhões anuais e aprovação do novo Plano de Investimento no conselho do Fundo, com foco em missões.</p>
<p>Programa Mais Inovação Brasil</p>	<p>O MCTI, o MDIC, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciaram conjuntamente (ago/23) o programa, o qual tem por objetivo apoiar projetos de inovação relacionados às prioridades definidas no âmbito do CNDI (Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial). Serão investidos R\$ 66 bilhões em atividades inovativas no país até 2026, sendo R\$ 16 bilhões não-reembolsáveis (recursos do FNDCT) e o restante com condições de crédito diferenciadas. O programa está alinhado aos princípios de sustentabilidade ambiental, incluindo temas como descarbonização, transição energética e o desenvolvimento social.</p>
<p>Instituição do Enimpecto (Estratégia Nacional de Economia de Impacto)</p>	<p>Trata-se de uma estratégia ligada ao MDIC que foi instituída em ago/23. Tem como objetivo alcançar R\$ 180 bilhões em investimentos públicos e privados até 2032 para empreendimentos que têm como foco a solução de problemas sociais e ambientais.</p>
<p>Nova política industrial para fabricação de veículos elétricos no Brasil, iniciando com retomada de medidas tarifárias</p>	<p>As regras estão sendo discutidas na Comissão Interministerial de Inovações e Aquisições do PAC (CIIA-PAC). A partir de janeiro de 2024, carros elétricos, híbridos e híbridos plug-in comprados fora do país voltaram a pagar Imposto de Importação. A medida visa a internalização gradual da produção no Brasil.</p>
<p>Renovação de frota de ônibus e caminhões</p>	<p>Programa temporário de renovação de frota com duração de quatro meses ou enquanto durar os recursos. Está prevista a utilização de R\$700 milhões para a venda de caminhões e R\$300 milhões para vans e ônibus.</p>

Fonte: Elaboração própria com base em [material](#) divulgado pelo Ministério da Fazenda

EIXO 3: Bioeconomia

AÇÃO	STATUS
Retomada do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)	PPCDAm foi atualizado e relançado pelo presidente Lula em 05/06/2023. Segundo relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a taxa de desmatamento na Amazônia caiu em 2023 quase 50% comparada com o mesmo período do ano passado. Para 2024 existe a previsão de lançamento de planos para outros biomas – Cerrado, Pantanal, Caatinga, Pampa e Mata Atlântica.
Plano Safra com as primeiras iniciativas de sustentabilidade, integrando o programa de agricultura de baixo carbono	O Plano Safra 2023/2024 conta com redução das taxas de juros para recuperação de pastagens e premiação para os produtores rurais que adotam práticas agropecuárias consideradas mais sustentáveis (Programa Renovagro – antigo Programa ABC+).
Programa para incentivo à produtividade e mecanização na agricultura familiar e na bioeconomia	Programa Mais Alimentos foi lançado em junho/2023 para ampliar a produção de máquinas e equipamentos para agricultura familiar e cooperativas da bioeconomia com redução de juros para 5% a.a.
Bolsa Verde - Regulamentação dos pagamentos por serviços ambientais	O Programa foi relançado em ago/2023. Ele atende famílias de baixa renda que vivem em contato com a natureza e protegem os recursos naturais.
Concessão de florestas federais e de unidades de conservação federais, além de apoio técnico para UCs estaduais	O BNDES tem realizado editais com estruturação e ampliação da escala das concessões existentes
Reativação do Fundo Amazônia e incentivo para o reflorestamento focado nas áreas de maiores desmatamento	O BNDES lançou na COP-28 em dez/23 o edital do Fundo Amazônia e Fundo Clima para reflorestamento.
Fundo internacional para preservação de florestas	A apresentação de proposta de um mega fundo internacional para financiar a preservação das florestas foi lançada na COP-28.

Fonte: Elaboração própria com base em [material](#) divulgado pelo Ministério da Fazenda

EIXO 4: Transição Energética

AÇÃO	STATUS
Aumento da mistura obrigatória de biodiesel em diesel chegando a 15% em 2026	O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou resolução que estabelece em 12% o teor de mistura obrigatória do biodiesel no óleo diesel fóssil, a partir de abril/2024, e o aumento para 15% de forma progressiva até 2026.
Combustível sustentável de aviação (SAF) - PL do Combustível do Futuro	O Projeto de Lei 4516/23 traz medidas para estimular o uso de combustíveis sustentáveis no setor de transportes. Está em tramitação na Câmara.
Aumento da mistura obrigatória de etanol na gasolina	O Projeto de Lei Combustível do Futuro 4516/23 eleva os limites máximo e mínimo da mistura de etanol anidro à gasolina. O teor mínimo será de 22% e o máximo de 30%, condicionado à constatação da sua viabilidade técnica. Está em tramitação na Câmara.
Regras claras para Captura e Estocagem de Dióxido de Carbono - CCUS	O Projeto de Lei Combustível do Futuro 4516/23 eleva os limites máximo e mínimo da mistura de etanol anidro à gasolina. O teor mínimo será de 22% e o máximo de 30%, condicionado à constatação da sua viabilidade técnica. Está em tramitação na Câmara.
Combustível sintético	O Projeto de Lei Combustível do Futuro 4516/23 estabelece que a ANP também irá regular a produção e distribuição dos combustíveis sintéticos (conhecidos como e-Fuel), como sua qualidade e uso.
Energias da Amazônia, para integrar sistemas isolados e promover energia solar em locais afastados	O decreto foi assinado em ago/2023. Seu objetivo está em reduzir o uso de óleo diesel na produção de energia na região (termelétricas) e substituir o processo de geração de energia por fontes renováveis, além de conectar comunidades sem acesso ao sistema elétrico.
Legislação para eólica offshore	Projeto de Lei (PL 11.247/18) aprovado na Câmara dos Deputados no dia 29/11/2023. A proposta seguiu para a análise do Senado.
Política Nacional de Hidrogênio Verde	Projeto de Lei (PL 2308/23) aprovado na Câmara dos Deputados no dia 27/11/2023. A proposta seguiu para a análise do Senado.
Investimento em transporte coletivo (BRT/metrô/faixas exclusivas)	Os investimentos previstos estão dentro do PAC Seleções : Mobilidade Urbana - Grandes e Médias Cidades. Uma Portaria do Ministério das Cidades foi apresentada para a seleção de propostas para ações que se destinem a sistemas de transporte público coletivo urbano, em especial sistemas de média e alta capacidade, com prioridade ao transporte público coletivo, como corredores e faixas exclusivas.
Renovação de frota de ônibus, incentivando a eletrificação do transporte coletivo	Os investimentos previstos estão dentro do PAC Seleções : Renovação de Frota. Está ocorrendo a seleção de propostas para renovação de frota vinculadas às competências do Ministério das Cidades.

Fonte: Elaboração própria com base em [material](#) divulgado pelo Ministério da Fazenda

EIXO 5: Economia Circular

AÇÃO	STATUS
Programa voltado aos catadores de materiais recicláveis e acompanhamento da política Pró-Catador	Trata-se de um programa voltado a integrar e articular ações de promoção e defesa dos direitos humanos dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Foi relançado em fev/2023.
Produção de biometano e fertilizantes a partir do lixo urbano	Trata-se de obras e de financiamento para resiliência urbana e de infraestrutura vinculadas às competências do Ministério das Cidades no âmbito do Novo PAC no eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes.
Regulamentação dos créditos de reciclagem	Houve a edição de decreto em fev/2023 para regulamentar o Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa (CCRLR), o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral (CERE) e o Certificado de Crédito de Massa Futura.
Expansão da cobertura de saneamento (água e esgoto) e modernização das estações de tratamento de águas residuais	Recursos disponibilizados no âmbito do Novo PAC no eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes para contratação de empreendimentos para o Programa Saneamento Para Todos.

Fonte: Elaboração própria com base em [material](#) divulgado pelo Ministério da Fazenda

EIXO 6: Nova Infraestrutura e adaptação às mudanças climáticas

AÇÃO	STATUS
Urbanização de favelas para prevenção de riscos de desastres	Os investimentos previstos estão dentro do PAC Cidades Sustentáveis e resilientes - Periferia Viva - Urbanização de Favelas. Contempla ações integradas que abarcam aspectos socioeconômicos, habitacionais, ambientais, fundiários, de infraestrutura urbana, de prevenção de riscos de desastres e de acesso a serviços e equipamentos públicos.
Plano de obras e de financiamento para resiliência urbana e de infraestrutura, considerando especialmente a prevenção de desastres (deslizamento de encostas e inundações)	Prevenção a Desastres Naturais: Drenagem urbana e Contenção de Encostas . Conta com recursos do Novo PAC no eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes.

Fonte: Elaboração própria com base em [material](#) divulgado pelo Ministério da Fazenda

Uma vez feita a apresentação sobre os principais instrumentos de gestão e governança mobilizados nesse primeiro ano de governo e destacado as principais iniciativas que vêm sendo adotadas pelo Plano de Transformação Ecológica, a seção que segue tem como objetivo apresentar um panorama sobre como os recursos estão previstos de serem empenhados pelo PAC nos próximos anos.

5

A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO PAC PARA OS DIFERENTES EIXOS



O PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) foi lançado em agosto de 2023. O programa está organizado em cinco categorias de **Medidas Institucionais**, incluindo a categoria “Incentivos à Transição Ecológica” e nove **Eixos de Investimento**, incluindo os eixos “Cidades Sustentáveis e Resilientes”, “Transição e Segurança Energética” e “Transporte Eficiente e Sustentável”.

Enquanto as **Medidas Institucionais** tratam dos atos normativos de gestão e de planejamento que contribuem para a expansão dos investimentos públicos e privados no Brasil, os **Eixos de Investimento** são as grandes áreas de organização do programa que reúnem todas as obras e serviços destinados à população.

No total estão previstos R\$1,4 trilhão em investimentos incluindo todas as áreas, entre 2023 e 2026 e R\$0,3 trilhão após 2026.

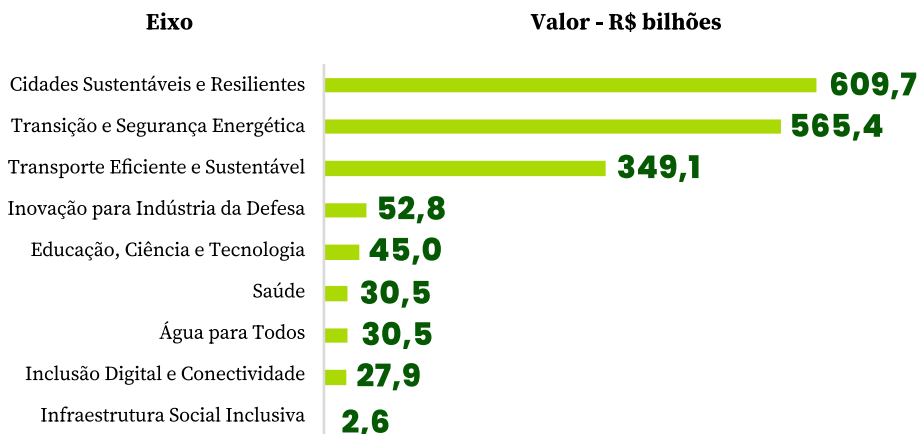
FIGURA:

Eixos de Investimento do Novo PAC



Fonte: Ministério da Casa Civil

INVESTIMENTOS DO NOVO PAC



Fonte: Ministério da Casa Civil

Como colocado anteriormente, o **Plano de Transformação Ecológica** foi lançado em agosto de 2023 juntamente com o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) e abaixo são selecionados e apresentados a distribuição do montante de recursos dos principais eixos do Novo PAC, os quais incluem ações sustentáveis.

I. Cidades Sustentáveis e Resilientes

Cidades Sustentáveis e Resilientes	R\$ 609,7 bilhões
Minha casa minha vida	R\$ 345,40
Financiamento habitacional	R\$ 160
Periferia viva – urbanização de favelas	R\$ 12
Mobilidade urbana sustentável	R\$ 48,80
Gestão de resíduos sólidos	R\$ 1,80
Prevenção a desastres – contenção de encostas e drenagem	R\$ 14,90
Esgotamento sanitário	R\$ 26,80

Fonte: Ministério da Casa Civil

As mudanças do clima no planeta têm provocado desastres ambientais nas cidades e afetado sobremaneira a vida urbana. Além de uma habitação segura é necessário o oferecimento de serviços básicos para a população, de modo a tornar as cidades mais sustentáveis e resilientes. Parte dos investimentos previstos nesse eixo, nesse sentido, buscam transformar as cidades, garantindo melhores condições de vida à população. Vale destacar os investimentos previstos em **mobilidade urbana** R\$48,8 bilhões (8%), os quais priorizam transportes de alta e média capacidade como metrô e trens urbanos, assim como a construção de corredores de ônibus. Os investimentos voltados à **prevenção de desastres**, por sua vez, somam R\$14,9 bilhões (2,44%) e buscam atingir especialmente as populações que vivem em territórios periféricos e vulneráveis. Nesse eixo estão previstas obras de contenção de encostas e drenagem urbana sustentável em municípios com eventos recorrentes. O programa **Periferia Viva** R\$12 bilhões (1,97%) também prevê a criação de infraestrutura para redução de risco de desastres, assim como a recuperação ambiental.

A disposição inadequada do lixo é um grande problema que além de propagar doenças, polui os mananciais e obstrui infraestruturas de drenagem. Nesse sentido, os investimentos em **gestão de resíduos sólidos** R\$1,8 bilhão (0,3%) tem como finalidade ampliar

o tratamento e a disposição adequada de resíduos sólidos urbanos, assim como aumentar a cobertura de coleta seletiva e fomentar alternativas inovadoras no uso dos resíduos, contribuindo com isso para o incentivo à economia circular. Serão priorizados projetos intermunicipais em parceria com o estado e o setor privado. São investimentos baixos considerando o desafio dessa temática.

Por fim, as ações de **esgotamento sanitário** somam R\$26,8 bilhões (4,4%) e têm grande impacto na recuperação ambiental, já que contribui para a despoluição dos rios, lagos e mares. Além disso, melhoram a saúde e o bem estar da população. Aqui também serão priorizados projetos intermunicipais em parceria com o estado e o setor privado.

Apesar da importância desses investimentos, o que se nota é que os percentuais correspondentes às ações sustentáveis são baixos comparados àqueles que não incluem tais preocupações, como por exemplo, os recursos direcionados ao Programa Minha Casa Minha Vida (56,7% do total). E essa baixa disponibilidade de recursos para a realização de investimentos, se torna mais preocupante diante de eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes.

Apenas em 2023, segundo dados do Boletim do Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), o Brasil registrou o maior número de desastres naturais. Foram 1.161 eventos de desastres, sendo 716 associados a eventos hidrológicos, como transbordamento de rios, e 445 de origem geológica, como deslizamentos de terra. Foram registradas ainda 132 mortes associadas a eventos relacionados a chuvas, com 9.263 pessoas feridas ou enfermas, e 74 mil desabrigados. No total, 524 mil pessoas ficaram desalojadas. Os prejuízos econômicos informados pelo sistema se aproximam de R\$25 bilhões, somadas as áreas pública e privada.

Apesar da priorização dessa agenda pelo governo federal e da ampliação do espaço dos investimentos, é preciso haver uma mudança estrutural na composição desses recursos.

II. Transição e Segurança Energética

Transição e Segurança Energética	R\$ 565,4 bilhões
Geração de energia	R\$ 75,20
Luz para todos	R\$ 8,30
Transmissão de energia	R\$ 87,80
Eficiência energética	R\$ 1,80
Petróleo e Gás	R\$ 360,20
Pesquisa mineral	R\$ 0,31
Combustíveis de baixo carbono	R\$ 26

Fonte: Ministério da Casa Civil

Os investimentos nesse eixo ao mesmo tempo que atendem ao desafio da transição e segurança energética, já que 80% do acréscimo da capacidade de geração de energia elétrica virá a partir de fontes renováveis e induz também investimentos em combustíveis de baixo carbono, segue por outro lado direcionando a maior parcela de recursos para a produção de **Petróleo e Gás** (R\$ 360 bilhões - 63,7%).

A justificativa para a destinação desse grande volume de recursos para a produção de petróleo e gás está na assunção de que mesmo no melhor cenário de transição energética o mundo ainda precisará de petróleo, gás e petroquímicos, assim como também de outros produtos associados à essa cadeia produtiva que é de extrema relevância para o país na medida em que proporciona geração de riqueza, ampliação da capacidade produtiva, geração de empregos diretos e indiretos, além de reduzir a dependência externa de combustíveis e derivados fósseis.

Além de estimar os recursos gerados a partir dessa atividade, não se considera, por parte do governo, uma estratégia eficaz para a redução das emissões brasileiras a queda repentina desses investimentos. Somado a isso o petróleo brasileiro, quando comparado a outras produções mundiais, se caracteriza por ter menos contaminantes e uma das menores pegadas de GEE.

Os investimentos voltados à **Geração de Energia**, por sua vez somam R\$ 75,2 bilhões (13,3%), sendo a maior parte da energia adicional gerada, ou seja, 79%, proveniente de fontes renováveis, especialmente as eólicas (R\$22 bilhões) e as usinas fotovoltaicas (R\$41,5 bilhões). Tratam-se de investimentos que conciliarão o enfrentamento da crise climática com a neointustrialização e a redução das desigualdades.

Os investimentos voltados aos **Combustíveis de baixo carbono** somam R\$26 bilhões (4,6%) e inclui projetos como de biorefino (R\$ 15 bilhões), etanol de segunda geração (9,5 bilhões), captura e armazenamento de carbono (R\$0,4 bilhão) que estão combinados com o desenvolvimento das cadeias produtivas associadas, impulsionando uma nova industrialização que é centrada na Bioeconomia e que prioriza o desenvolvimento tecnológico em bases mais sustentáveis.

Vale notar que a atividade de **Petróleo e Gás** se trata de uma atividade bastante intensiva em capital e é isso o que justifica o grande volume de recursos (63,7% do total) para esse subeixo, mas que isso corresponde a apenas 10,2% dos empreendimentos. Por outro lado, os subeixos de **Geração de energia, transmissão e combustíveis de baixo carbono** contam com um menor volume de recursos (33,4% do total), mas por outro lado representam 65% do total de empreendimentos.

III. Transporte Eficiente e Sustentável

Transporte Eficiente e Sustentável	R\$ 349,1 bilhões
Rodovias	R\$ 185,80
Ferrovias	R\$ 94,20
Portos	R\$ 54,80
Aeroportos	R\$ 10,20
Hidrovias	R\$ 4,10

Fonte: Ministério da Casa Civil

Os investimentos previstos nesse eixo têm o objetivo de reduzir os custos da produção nacional nos mercados interno e externo e diversificar e integrar a malha de transporte nacional, tornando-a mais sustentável e eficiente.

É preciso atenção para que os investimentos previstos em **rodovias** (R\$185,8 bilhões - 53,2%) não se transformem em um impulsionador de desmatamento, já que quando se abre uma rodovia, especialmente para atender os interesses do setor de mineração, isso pode acelerar o desmatamento.

A expansão das **ferrovias** (R\$94,2 bilhões - 26,7%), por sua vez, pode colocar em lados opostos os direitos tradicionais e quilombolas e a necessidade de expandir a malha, o que muitas vezes está associado aos interesses do agronegócio e da mineração. É preciso atenção para que não violem os **direitos** das comunidades que precisam ser consultadas e preservadas para que não sofram pressões de grupos, levando a acordos desvantajosos para a população. Além disso, é preciso que não se ignore as questões ambientais em volta desses projetos.

Para além disso, vale notar que os percentuais correspondentes às rodovias são ainda muito altos quando comparados a estruturas mais eficientes e menos poluentes de transporte, o que impõe a importância e necessidade de reconsideração sobre esses valores.

Diante do exposto, propomos na sequência algumas considerações e possíveis encaminhamentos para o aprimoramento e continuidade do Plano de Transformação Ecológica, como agenda estratégica para alavancar a Economia Verde brasileira .

6

POTENCIALIDADES E DESAFIOS EM TORNO DA AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA



O Brasil hoje é o 6º maior emissor de gases de efeito estufa no mundo, com 3% do total global e atrás de China (26%), EUA (11%), Índia (7%), Rússia (3,8%) e Indonésia (3%) (CAIT/WRI, 2020). Por outro lado, conta com ativos ambientais de grande importância para atuar nesse contexto desafiador, criando condições de desenvolvimento sustentável e contribuindo para o enfrentamento da crise climática global. Suas florestas, biodiversidade e recursos hídricos, sua matriz elétrica limpa (82%) e o potencial das fontes renováveis de energia, bem como as possibilidades de uma transição rápida para uma agricultura de baixo carbono, assim como sua capacidade de inovação, são atributos centrais para o Brasil avançar nessa agenda.

As experiências mundiais em torno da agenda verde podem ajudar o Brasil a construir a sua própria estratégia. Nesse sentido, o trabalho – **Retomada Econômica Verde** (2023) desenvolvido pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), a BEÍ/Arq.Futuro/Por quê? e o Insper buscou conhecer e registrar como alguns países (Chile, França, China e EUA) estão implementando tais ações, a fim de identificar experiências que possam servir de exemplo para o Brasil.

As experiências analisadas indicaram que o enfrentamento dos países às mudanças climáticas deve ser estabelecido em conjunto com **políticas de inclusão social** e deve representar uma **prioridade política**. Além disso, são políticas que devem ser **capazes de mobilizar investimentos** públicos e privados, assim como requerem uma ampla **participação social** para que sejam bem sucedidos.

Dizer que as políticas climáticas precisam ser implementadas juntamente com **políticas de inclusão social**, significa dizer que precisam ser estabelecidas em conjunto com políticas de universalização do acesso a direitos, geração de emprego³ e renda. Dadas as amplas desigualdades sociais brasileiras, esta preocupação é ainda mais patente no Brasil e deverá ser endereçada na estruturação de qualquer política econômica. Além disso, a transição climática pode representar uma vantagem econômica e, ao mesmo tempo, enfrentar injustiças sociais, barateando o custo de vida da população, e isso é algo que precisa ser levado em consideração nas medidas de prevenção, mitigação e adaptação de todos os segmentos no nível local e regional. Vale notar que os diferentes setores econômicos serão afetados de formas diferentes a partir da implementação do Plano e esse deverá ser um ponto de atenção nos próximos anos para que não acabe por acentuar desigualdades entre regiões e pessoas.

Como colocado, o estudo dessas experiências também mostrou que o estabelecimento da agenda de enfrentamento às mudanças climáticas como **prioridade política**, assim como o reconhecimento da centralidade do desafio é um passo fundamental para viabilizar as condições de transição. E isso deve se refletir tanto na **estrutura de governo**, quanto na **capacidade de articulação e integração dos diferentes setores**. Os diferentes casos demonstraram o papel que tem sido dado às políticas públicas na coordenação dessa estratégia.

³O “**Green New Deal Brasil**” (2021) projeta o potencial do país criar cerca de 10 milhões de empregos verdes, em setores estratégicos como infraestrutura (matriz elétrica renovável, ferrovias, saneamento e transporte público), cidades (habitação, resiliência contra eventos climáticos extremos, resíduos sólidos) e uso do solo (agricultura de baixo carbono, recuperação florestal).

Nesse sentido, os instrumentos de governança mobilizados a partir do início do governo Lula III, assim como o lançamento de um Plano de Transformação Ecológica que, como colocado, tem sido liderado pelo Ministério da Fazenda e gestado de forma transversal, denotam alguns dos esforços que têm sido empenhados em torno dessa agenda, especialmente internalizando nas políticas públicas a prioridade da prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

O Brasil conta com uma Política Nacional de Mudança do Clima que pretende ser o grande arco coordenador dessa agenda. Existem também as políticas setoriais, em especial o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC) e o RenovaBio. A estruturação de planos setoriais é importante para definir políticas e sistemas que permitam a trajetória para a neutralidade de cada setor da economia, mas ainda falta uma ação integradora e coordenada dessas e outras políticas setoriais.

Outro ponto que merece destaque na análise das experiências dos países é a **capacidade de viabilizar investimentos** públicos e privados, em uma composição sinérgica e complementar, voltados para criar as condições de desenvolvimento alinhadas ao desafio climático global.

Apesar da dificuldade financeira do governo brasileiro em promover transformação tão significativa, vale notar que o Brasil tem se empenhado em responder a esse cenário. Nesse sentido, o lançamento de títulos públicos associado à agenda de desenvolvimento sustentável é uma ação promissora. Medidas do tipo têm sido tomadas por diversos outros países que elegeram a agenda ambiental como prioridade. O objetivo com isso é poder acessar os investidores, especialmente os estrangeiros, interessados nesse mercado, já que os recursos captados serão direcionados a projetos ambientais.

Além disso, o Brasil dispõe de capacidade de criar mecanismos de estímulo à inovação e participação do setor privado nas políticas climáticas se comprometendo com a absorção de parte dos riscos envolvidos. O país tem algumas experiências⁴ em incentivar a inovação tecnológica em parceria com o setor privado que poderiam ser adaptadas para o contexto climático.

⁴Um exemplo de mecanismos de incentivo à inovação do governo brasileiro é a Embrapii (<https://embrapii.org.br/>), além dos estímulos ao desenvolvimento do pré-sal, Embrapa, entre outros.

E finalmente, as experiências dos países também demonstraram que a **participação social, o engajamento e a sensibilização de toda a sociedade** são fatores fundamentais para a condução desse processo de transformação verde. Buscando engajar o cidadão comum nas discussões climáticas, assim como conhecer os desafios de cada região do país, a França promoveu o que ficou conhecido como Citizens Convention e no Chile ação similar foi realizada com os Diálogos Ciudadanos. A transparência para reconhecer a complexidade do desafio e promover uma consciência climática é fundamental para que a sociedade mude hábitos e construa novos instrumentos para lidar com a conjuntura, sobretudo em se tratando de um desafio que irá impactar a vida das gerações presentes e futuras.

No Brasil, a volta da **participação social** com a retomada de importantes órgãos, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), o Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) e o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) indicam esforços nessa direção.

É, portanto, nessa conjuntura que o Brasil pode se destacar e ser o primeiro país entre as maiores economias mundiais a atingir a meta de se tornar carbono neutro, graças às suas potencialidades ambientais, mas também ao fato de que cerca de 50% de suas emissões são resultado do desmatamento, que deve e pode ser eliminado. Mais do que isso, o país pode se tornar, a médio prazo, carbono negativo, dado o enorme potencial de fixação de carbono na regeneração e reinclusão produtiva de suas extensas áreas degradadas.

O Brasil tem as condições de ser uma liderança nesse novo paradigma de desenvolvimento baseado em uma economia de baixo carbono e criar as condições para o desenvolvimento da sua sociedade, por meio do aumento da geração de renda e combate às desigualdades, assegurando o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, no entanto, é preciso conceber as políticas públicas que tornem essa agenda uma prioridade, estabelecendo condições e instrumentos para incentivar essa transição, considerando os conceitos de justiça climática e racismo ambiental, o Acordo de Paris e os objetivos da Agenda 2030.

ECONOMIA VERDE NO BRASIL

Uma análise das
medidas tomadas
pelo Governo Federal



Instituto Democracia e Sustentabilidade
ids@idsbrasil.org
+55 11 3071-0434
www.idsbrasil.org

